

TOSSD: novo regime global para mensurar cooperação para o desenvolvimento

José Alejandro Sebastian Barrios Díaz¹

Resumo: TOSSD é um modelo internacional para medir a gama de recursos que promovem o desenvolvimento sustentável. O artigo examina criticamente a evolução do TOSSD enquanto modelo internacional de mensuração de cooperação para o desenvolvimento, procurando situá-lo no contexto mais amplo da natureza crítica e alternativa da Cooperação Sul-Sul (CSS). A pergunta que orienta a pesquisa é: como entender o TOSSD em perspectiva crítica? Além de ser entendido como um regime de produção de métricas e uma prática reguladora da cooperação, o TOSSD é um dispositivo que desativa a natureza crítica da CSS, de redesenhar a ordem internacional.

Palavras-chave: cooperação para o desenvolvimento; TOSSD; mensuração.

TOSSD: new global regime for measuring development cooperation

Abstract: TOSSD is an international model to measure the range of resources that promote sustainable development. The article critically examines the evolution of TOSSD as an international model of measuring development cooperation, situating it in the broader context of the critical and alternative nature of South-South Cooperation (SSC). The question that orientes the research is: how to understand TOSSD from a critical perspective? In addition to being understood as a regime for the production of metrics and a regulatory practice for cooperation, TOSSD is a device that challenges the critical nature of CSS, which is to reshape the international order.

Keywords: development cooperation; measuring; TOSSD.

TOSSD: ¿nuevo régimen global para medir la cooperación al desarrollo

Resumen: TOSSD es un modelo internacional para medir la gama de recursos que promueven el desarrollo sostenible. El artículo examina críticamente la evolución del TOSSD como modelo internacional para medir la cooperación al desarrollo, buscando ubicarlo en el contexto más amplio del carácter crítico y alternativo de la Cooperación Sur-Sur (CSS). La pregunta que orienta la investigación es: ¿cómo entender TOSSD desde una perspectiva crítica? Además de entenderse como un régimen de producción de métricas y una práctica regulatoria de

¹ Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Trabalha com cooperação para o desenvolvimento com ênfase na cooperação Sul-Sul e suas políticas de mensuração. E-mail: ale.ri.barrios@gmail.com.

cooperación, el TOSSD es un dispositivo que desactiva el carácter crítico de la CSS, de rediseñar el orden internacional.

Palabras clave: cooperación al desarrollo; TOSSD; medición.

Introdução

Faltam seis anos para alcançar a Agenda 2030 e a cooperação internacional é um instrumento chave na implementação Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A despeito dos desafios nacionais e globais para realizar a ambiciosa Agenda, chegar a um acordo sobre um modelo estatístico para mensurar a contribuição dos países em desenvolvimento tem sido colocado como crucial pela Organização das Nações Unidas (United Nations [...], 2022).

Registra-se, a propósito, o fato que a agenda de quantificação de cooperação para o desenvolvimento ganhou força nos últimos anos, sobretudo desde a adoção dos ODS em 2015. A mensuração refere-se aos procedimentos de coleta de dados e informações, disseminação e avaliação da cooperação para o desenvolvimento com vistas a produzir conhecimento sobre fluxos, processos e impactos da cooperação de governos soberanos (Besharati; Macfeely, 2019). Considerando que a cooperação para o desenvolvimento é constituída por relações Norte-Sul e Sul-Sul, e que esses universos são organizados sob diferentes forças e instituições, mensurar cooperação Norte-Sul (CNS) ou cooperação Sul-Sul (CSS) é um assunto ao mesmo tempo técnico e político.

Com efeito, o problema da mensuração de CSS encerra interesse particular para os países do Sul Global. A quantificação interessa aos países em desenvolvimento porque implica a construção de capacidades para medir, por exemplo, as contribuições à realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou dar transparência aos gastos públicos (Lima; Pereira Jr., 2020). O ato de mensurar a cooperação fornece percepções chave sobre como atores nacionais entendem e organizam a cooperação internacional, e a partir de que tipos de arranjos institucionais, canais e abordagens os países a operacionalizam (Díaz, 2023). No caso da CSS, sua mensuração sujeita-se à construção de modelos próprios por governos nacionais que apresentam tal interesse.

Historicamente, a CSS tem sido entendida em sua natureza alternativa à cooperação dos países do Norte. O documento final do Plano de Ação de Buenos Aires afirma que a cooperação Sul-Sul:

Nesta nova etapa histórica de progresso rumo à consecução da nova ordem econômica internacional, a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (TCDC) está tornando-se uma dimensão extremamente importante. É um meio de construir comunicação e de promover uma cooperação mais ampla e eficaz entre os países em desenvolvimento. É uma força vital para iniciar, conceber, organizar e promover a cooperação entre os países em desenvolvimento, para que possam criar, adquirir, adaptar, transferir e partilhar conhecimentos e experiências para seu benefício mútuo e para alcançar a autossuficiência nacional e coletiva, que são essenciais para o seu desenvolvimento social e econômico (United Nations, 1978, p. 7).

Uma das principais características da CSS é que os países do Sul apresentam múltiplas experiências, agendas e modalidades sem nenhum tipo de consenso internacional ou instituição que harmonize princípios, normas e regras (Milani, 2014). Diferente, portanto, da trajetória dos doadores tradicionais, dos países que pertencem ao Comitê de Ajuda O Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses países operam um tipo particular de cooperação internacional, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), com foco desenvolvimento econômico de países receptores.

Convém ter presente o fato que o documento final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação-Sul de 2019 admite que países em desenvolvimento estão construindo modelos próprios de “planejamento, monitoramento, mensuração e avaliação de cooperação Sul-Sul e triangular” (United Nations, 2019, p. 6). Ademais, o documento reconheceu “a natureza voluntária, participativa e orientada pela procura da Cooperação Sul-Sul, nascida de experiências e simpatias partilhadas, baseadas nos seus objetivos comuns e na solidariedade” e “que a cooperação Sul-Sul conduz a oportunidades mais diversificadas de desenvolvimento” (United Nations, 2019, p. 2). Contudo, a natureza alternativa da CSS tem sido reduzida a um mero complemento da AOD, tal como observado no mesmo documento, que afirma que “a cooperação Sul-Sul não substitui, mas sim um complemento à cooperação Norte-Sul” (United Nations, 2019, p. 2).

Vale registrar que colocar o problema da quantificação de cooperação internacional implica responder: o que é a cooperação internacional? Quais variáveis devem ser medidas e como? É um exercício de classificar o conjunto de ações, projetos ou programas – financeiras

ou não – incluindo contribuições aos organismos internacionais, parcerias bi e multilaterais, apoio à refugiados, perdão da dívida externa, dentre outras, que devem fazer parte das estatísticas sobre a cooperação.

No curso dos diálogos globais de 2015, especificamente no âmbito de três pactos globais envolvendo financiamento e cooperação, a Agenda de Ação de Adis Abeba, a Agenda 2030 e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, desenhou-se, pela primeira vez, um modelo estatístico internacional para medir cooperação para o desenvolvimento. No abrigo dessas iniciativas, o Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD, na sigla em inglês) foi a resposta da OCDE para os pactos de 2015 para o problema da mensuração em provedores do Norte e do Sul.

A formulação do TOSSD encontra ressonância na questão legítima de mensurar cooperação para o desenvolvimento de países do Norte e do Sul, entretanto, o problema é que o foco do TOSSD, assim como o da AOD, está nos valores gastos por cada país organizado por modalidade e setor, enquanto que a CSS valoriza a troca de conhecimentos e os benefícios mútuos e encontra ressonância em objetivos políticos e autônomos dos países em desenvolvimento: enquanto o TOSSD e seus formuladores desejam sua universalização, a CSS tem sido historicamente instrumento de contrabalançar a narrativa dominante de cooperação da OCDE/CAD.

Ademais, considerando as divergências estruturais entre países do Norte e do Sul, o problema da mensuração de cooperação para o desenvolvimento e da criação de modelo estatístico universal como tarefa da OCDE levanta uma série de reflexões: mais do que nunca, tornou-se fundamental não apenas rever o modelo de assistência internacional dominante de cooperação para o desenvolvimento, mas sua problematização e reforma. Se a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento precisa de reformas (e não uma revisão), os doadores tradicionais também precisam de reformar a sua compreensão da cooperação para o desenvolvimento e, sobretudo, aceitar partilhar poder com o Sul Global.

Nesse panorama, o objetivo do artigo é examinar criticamente a evolução do TOSSD enquanto modelo internacional de mensuração de cooperação para o desenvolvimento,

procurando situá-lo no contexto mais amplo da natureza crítica e alternativa da CSS. A pergunta que orienta a pesquisa é: como entender o TOSSD em perspectiva crítica?

A hipótese de trabalho é que a emergência do TOSSD e sua formulação pela OCDE indica que a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento continua a ser dominada pelos países ocidentais. A inclusão da CSS no TOSSD reforça o entendimento de que se trata de complemento à AOD. Além de ser entendido como um regime de produção de métricas (norma global) e uma prática reguladora da cooperação para o desenvolvimento, o TOSSD deve ser compreendido como dispositivo que desativa a natureza crítica da CSS, que é redesenhar a ordem internacional em favor do Sul.

Para a viabilizar a discussão, o artigo propõe um entendimento conceitual da CSS como cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, vincular a CSS com a cooperação para o desenvolvimento implica afirmar as relações Sul-Sul como marco de colaboração política, econômica, social, cultural, ambiental e técnica entre países em desenvolvimento que pode ocorrer de forma bilateral, regional, intrarregional ou inter-regional. Ademais, entende-se a cooperação para o desenvolvimento como campo político fundamental das relações internacionais. Enquanto campo político, a cooperação para o desenvolvimento é permeada por relações de poder e os atores competem por legitimidade, reconhecimento e recursos materiais (Milani, 2018).

O artigo está organizado em três seções além da introdução e das observações finais. A segunda apresenta breve discussão sobre a cooperação para o desenvolvimento, particularmente no formato Sul-Sul, sua trajetória histórica e alguns marcos. A terceira seção contextualiza o TOSSD enquanto regime de mensuração de cooperação para o desenvolvimento formulado no âmbito da OCDE. A quarta parte introduz o elemento crítico e problematiza o TOSSD à luz da noção de Sul Global.

1 Cooperação Sul-Sul: breve trajetória e agendas

Salienta-se que, ao se referir à CSS, os países do Sul incluem não apenas doações e cooperação técnica, mas também integração econômica regional, comércio, investimento, remessas, intervenções humanitárias e construção da paz, abertura de linhas de crédito à

exportação e outros instrumentos e modalidades, rompendo com a definição mais restrita de AOD, a qual será apresentada na próxima seção (Besharati; MacFeely, 2019).

A CSS deve ser entendida principalmente por sua natureza alternativa à OCDE. Dessa forma, Mawdsley (2012) identifica quatro características da CSS que a diferencia da política de cooperação da OCDE: a afirmação de uma identidade compartilhada entre os países em desenvolvimento; a oferta de conhecimentos técnicos mais adequados ao desenvolvimento social e tecnológico (baseado em experiências semelhantes); a rejeição das relações hierárquicas entre um doador e um receptor; e a relevância da cooperação que produz benefícios mútuos. Vale referir que a relação de cooperação Norte-Sul é organizada por meio do binômio doador-receptor: o primeiro é o país desenvolvido, com recursos e com capacidade de ajudar, doar ou emprestar. O segundo é o receptáculo, aquele país que é ajudado. Não há uma relação de troca. A CSS rejeita o binômio doador-receptor como estruturante das relações cooperativas. O TOSSD, por sua vez, enquadra os países do Sul como provedores (TOSSD, 2023).

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) emerge da nova configuração do sistema internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o estabelecimento da Carta das Nações Unidas em 1945 e fortemente impulsionada pela Doutrina Truman, de 1947, que buscava conter o avanço do comunismo no plano global. Ademais, o Programa de Recuperação Europeia, o Plano Marshall, é comumente entendido como o primeiro programa de cooperação internacional que, em quatro anos, mobilizou US\$ 13 bilhões para a estabilização e reconstrução da Europa (Lancaster, 2007).

Logo, o governo dos Estados Unidos passou a prover cooperação para países asiáticos, em um contexto regional marcado pela revolução chinesa de 1949 e guerra das Coreias em 1950. Nessa década, foi estratégico estabelecer um sistema de segurança coletiva, que também implicou fortalecer a cooperação entre os membros (Huntington, 1971). Paralelamente, o tema do desenvolvimento econômico internacional ganhou força nos anos 1940 e, a partir dessa década, de acordo com Rist (2008, p. 78), inaugurou-se a nova era do desenvolvimento e da cooperação internacional.

Nesse contexto pós Segunda Guerra Mundial, houve uma evolução e pluralização das categorias e dos atores que operaram no campo da CID de países do Norte: novas parcerias

econômicas e novos atores sociais entram no jogo da política internacional (Badie, 2010). Nos anos 1950 e 1960 emergem tensões Norte-Sul na política internacional marcada pela confrontação Leste-Oeste, e a bipolaridade da Guerra Fria foi determinante na institucionalização da cooperação internacional como instrumento de política exterior dos Estados.

As superpotências usaram a cooperação internacional como peça-chave da competição por influência no âmbito da Guerra Fria para atrair o Terceiro Mundo, ao qual se integravam cada vez mais novos Estados movidos pelas descolonizações afro-asiáticas a partir da metade da década de 1940. Nessa esteira, os anos 1950-1970 viram surgir novas instituições, no Norte e no Sul, responsáveis por prover e promover a cooperação internacional (Milani, 2014).

O projeto do Terceiro Mundo, ou do Sul Global, teve como pano de fundo debates sobre dependência e autonomia no comércio, desenvolvimento e cooperação internacional (Martín, 2019). O início da cooperação Sul-Sul foi marcado pela Conferência de Bandung de 1955 que, para Alden e Soule-Kohndou (2017), estabeleceu as bases políticas, econômicas, culturais e legais para o chamado projeto do Terceiro Mundo e sua cooperação.

O estabelecimento de uma cooperação internacional autônoma entre países em desenvolvimento foi a primeira exigência dos países do Terceiro Mundo no âmbito de Bandung. Para Amin (2017, p. 53, tradução nossa) a Conferência de Bandung “declarou a vontade das nações asiáticas e africanas de reconquistar a soberania e completar a sua independência através de processo de desenvolvimento autêntico, independente e consistente”².

Vale registrar que, um ano antes de Bandung, na Conferência das Cinco Nações em 1954, na cidade de Colombo, estabeleceram-se os cinco princípios da coexistência pacífica (Rothermund, 2006) e os primeiros-ministros de Ceilão, Indonésia, Birmânia, Índia e Paquistão, que discutiram problemas de conflito e cooperação no continente asiático, convocaram a Conferência Afro-Asiática no ano seguinte. Os cinco princípios da coexistência pacífica eram: o respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; ii) a não agressão mútua; iii) a não ingerência mútua; iv) a igualdade e o benefício mútuo; e v) a coexistência pacífica. É, portanto,

² Tradução livre de “*declared the will of the Asian and African nations to reconquer their sovereignty and complete their independence through a process of authentic independent consistent development*”.

nesse sentido em que a busca por autonomia é a chave para compreender a emergência da cooperação entre os países do Sul durante a Guerra Fria.

Entende-se a autonomia como a capacidade dos Estados em estabelecer objetivos próprios baseados em decisões que avancem seus interesses, sem interferências externas. Para Fonseca Jr. (1998) "as expressões do que é autonomia variam histórica e espacialmente, variam segundo interesses e posições de poder" (Fonseca Jr., 1998, p. 61). No campo da inserção internacional, segundo Puig (1980), a autonomia passa pela superação da dependência com o centro e não apenas pelo status formal no qual um Estado soberano é caracterizado. Assim, a autonomia dos países do Sul decidirem suas próprias agendas de cooperação internacional é um fim perseguido desde a década de 1950.

Para Martín (2019), a CSS foi elemento central na formação de fóruns internacionais como o Movimento dos não alinhados de 1961, do Grupo dos 77 e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ambos de 1964, nas propostas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e na criação da United Nations Office on South-South Cooperation, ambas em 1974. No entanto, na década de 1980 o diálogo Norte-Sul fracassou na medida em que este não interessava ao governo dos Estados Unidos e o G7, que por sua vez esperavam "que as contradições internas dentro do grupo e as táticas divisionistas dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Europeia acentuassem a ruptura da unidade de ação do Terceiro Mundo"³ (Martín, 2019, p. 24, tradução nossa).

Nessa esteira, a CSS vem sendo institucionalizada no seio dos mais diversos atores que nela atuam. Contudo, se na década de 1960 os países desenvolvidos haviam criado agências governamentais permanentes de gestão da assistência técnica, os países em desenvolvimento ainda enfrentam esse desafio. Para Chatuverdi e Sidiripoulos (2012) o estabelecimento de agências governamentais em países de renda média encontra-se em estágio inicial e, de fato, essas agências são atores fundamentais no processo de definir prioridades, estratégias, instrumentos e concepções sobre a cooperação internacional.

³ Tradução livre de "que las contradicciones internas dentro del grupo y las tácticas divisivas de EEUU y la Comunidad Económica Europea (CEE) acenturaran la ruptura de la unidad de acción del Tercer Mundo".

No início do século XXI, a CSS “cresce dramaticamente tanto em volume como alcance geográfico, manifestando-se através de uma diversidade de abordagens, modalidades e instrumentos” (Besharati; MacFeely, 2019, p. 3). Uma conferência internacional das Nações Unidas sobre financiamento para o desenvolvimento, realizada em Monterrey, em março de 2002, incentivou a expansão da cooperação Sul-Sul, no sentido de facilitar a troca de pontos de vista sobre estratégias, práticas e experiências bem sucedidas. Além disso, apelou ao reforço da CSS para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (International [...], 2002).

Nesse sentido a arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento moveu-se muito além do paradigma tradicional da cooperação Norte-Sul, dividido entre doadores e receptores, na direção de um panorama complexo, com múltiplas fontes de financiamento internacional e experiências dos governos nacionais.

A despeito da falta de consenso sobre o conceito de CSS, uma definição mais ampla pode ser encontrada no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, que a define como:

um amplo quadro de colaboração entre os países do Sul nos domínios político, econômico, social, cultural, ambiental e técnico. Envolvendo dois ou mais países em desenvolvimento, pode ocorrer em bases bilaterais, regionais, intra-regionais ou inter-regionais. Os países em desenvolvimento compartilham conhecimento, habilidades, experiência e recursos para atingir suas metas de desenvolvimento por meio de esforços conjuntos. Os desenvolvimentos recentes na cooperação Sul-Sul se manifestaram no aumento do volume de comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento estrangeiro direto, movimentos para a integração regional, transferências de tecnologia, compartilhamento de soluções e especialistas e outras formas de intercâmbio⁴. (United Nations, 2024, local 1, tradução nossa)

Vale registrar, portanto, que a CSS opera em um quadro definido por múltiplos provedores, diversas modalidades, incluindo a cooperação financeira (doação ou empréstimos de recursos financeiros) e não financeira. Trata-se de uma cooperação multifacetada, que cobre

⁴ Tradução livre de *South-South cooperation is a broad framework of collaboration among countries of the South in the political, economic, social, cultural, environmental and technical domains. Involving two or more developing countries, it can take place on a bilateral, regional, intraregional or interregional basis. Developing countries share knowledge, skills, expertise and resources to meet their development goals through concerted efforts. Recent developments in South-South cooperation have taken the form of increased volume of South-South trade, South-South flows of foreign direct investment, movements towards regional integration, technology transfers, sharing of solutions and experts, and other forms of exchanges.*

diversas áreas como comércio, investimentos, regionalismo, entre outras, que fortalecem as áreas de ação e de interesse dos países do Sul (Renzio; Seifert, 2013).

Em suma, a CSS é um instrumento de desenvolvimento e, particularmente, para o cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Tal entendimento é refletido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (United Nations, 2015a), dado o potencial que apresenta de intercâmbio de conhecimentos e experiências técnicas para promover o fortalecimento e a criação de capacidades institucionais nos países em desenvolvimento, bem como para mobilizar recursos humanos, técnicos e financeiros alternativos à AOD.

2 Da AOD ao TOSSD: novo regime global?

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um clube de países cujo objetivo tem sido desenhar ‘boas políticas’ para democracias de mercado e emprestar/doar recursos econômicos para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Os seus membros iniciais, em grande parte países da Europa Ocidental, harmonizaram uma série de políticas, indicadores e padrões a serem empregados em múltiplas áreas da formulação de políticas públicas e do setor privado.

A OCDE assumiu o espaço ocupado por sua predecessora, a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OEEC), na qual se havia instituído o Grupo de Ajuda ao Desenvolvimento (DAG), um fórum para consultas entre os doadores sobre a provisão de assistência a países menos desenvolvidos (Führer, 1996), com o objetivo de coordenar as políticas de assistência da Organização. Em setembro de 1961, com o estabelecimento da OCDE, o DAG se transforma em DAC. Nesse mesmo ano, publicou-se um dos primeiros registros que quantificam fluxos de cooperação internacional, o relatório *The Flow of Financial Resources to Countries in Course of Economic Development, 1956-59*, seguido de relatórios anuais regulares até 1964.

Particularmente, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE tem sido um espaço dominante na formulação das agendas de cooperação para o desenvolvimento há mais de sessenta anos. O CAD, um fórum líder para a cooperação para o desenvolvimento monitora fluxos financeiros, cria e harmoniza políticas de mensuração, tem contribuído com uma visão

assistencialista e liberal de cooperação e do desenvolvimento. Tem moldado a arquitetura financeira global dos últimos sessenta anos, não apenas pelo conceito de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), mas com estudos, relatórios, estatísticas com ênfase nos valores providos pelos governos doadores para os países receptores e o compartilhamento de “boas práticas” entre Estados membros e outros (Calleja *et al.*, 2022).

Um dos logros do CAD tem sido a harmonização da definição de AOD e a melhoria dos instrumentos estatísticos disponíveis para mensurar os gastos públicos dos países membros (em março de 2024, o CAD é composto por 32 membros). Por seu turno, a AOD é um dos regimes mais duradouros da cooperação internacional, e pode-se dizer que constitui o “padrão ouro” da cooperação para o desenvolvimento. De acordo com o glossário de conceitos da OCDE/CAD (2024), a AOD é definida como

Fluxos de recursos para países e territórios constantes da Lista de Recipientes de APD do CAD (países em desenvolvimento) e para agências multilaterais que são: (a) realizados pelo sector oficial; (b) tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar; (c) em condições financeiras concessionais. Além dos fluxos financeiros, a cooperação técnica está incluída na ajuda. Excluem-se subvenções, empréstimos e créditos para fins militares e transações que tenham objetivos principalmente comerciais⁵. (Organization [...], [2024], local. 1, tradução nossa)

Como mencionado anteriormente, o ano de 2015 foi chave para a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento; quando surgiu nova narrativa e enquadramento da cooperação: a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), resultado da Terceira Conferência Internacional de Financiamento ao Desenvolvimento. A agenda fornece um quadro abrangente para financiar o desenvolvimento com resultados, políticas e ações concretas para apoiar a implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015. O artigo 55 chama pela modernização da mensuração da AOD e lança o Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD), cujo conceito foi definido posteriormente pela OCDE (United Nations, 2015b). Cabe referir

⁵Tradução livre de: *Resource flows to countries and territories on the DAC List of ODA Recipients (developing countries) and to multilateral agencies which are: (a) undertaken by the official sector; (b) with promotion of economic development and welfare as the main objective; (c) at concessional financial terms. In addition to financial flows, technical co-operation is included in aid. Grants, loans and credits for military purposes and transactions that have primarily commercial objectives are excluded.*

que a agenda de Addis Abeba reconhece a importância da CSS, seus princípios e características próprias, que lhe conferem complementariedade à cooperação tradicional, ou Norte-Sul.

Ainda nesse ano, sob a égide das Nações Unidas, os Estados membros pactuaram a Agenda 2030 e seus ambiciosos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O conceito de bens públicos globais, subjacente a alguns dos ODS, desafia as fronteiras da cooperação para o desenvolvimento, levantando questões sobre a AOD e como se distingue de investimentos. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, aprovada por 195 países promove, dentre outros, a cooperação para o desenvolvimento sustentável incluindo a cooperação Sul-Sul.

Nesse sentido, o TOSSD foi designado pela OCDE como resposta aos pactos globais de 2015 e sua primeira versão foi divulgada em 2019, em Nova York (Organization [...], 2020). Trata-se do primeiro modelo internacional de mensuração de gastos de cooperação de países do Norte e do Sul, cujo objetivo é “fornecer um quadro global abrangente dos fluxos globais de recursos, oficiais e oficialmente apoiados” em favor da Agenda 2030 e seus ODS (Organization [...], 2020, p. 1). É definido como um modelo que

inclui todos os recursos apoiados oficialmente para promover o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento” em dois eixos “i) fluxos transfronteiriços para países em desenvolvimento e ii) recursos para apoiar os facilitadores do desenvolvimento e/ou enfrentar desafios globais a nível regional ou global⁶ (TOSSD, 2023, p. 6, tradução nossa).

Vale referir que, os dados usados no TOSSD são provenientes de provedores bilaterais (governos soberanos do Norte e do Sul) e provedores multilaterais (organismos internacionais). O TOSSD foi concebido para rastrear os recursos investidos para alcançar o desenvolvimento sustentável e abrange todo o financiamento fornecido por instituições oficiais bilaterais e multilaterais.

O modelo aceita recursos oriundos da AOD, CSS, cooperação triangular, outros fluxos de recursos oficiais, gastos com bens públicos internacionais e recursos privados mobilizados a partir de canais oficiais (TOSSD, 2023). O TOSSD considera que uma atividade apoia o

⁶ Tradução livre de “includes all officially-supported resources to promote sustainable development in developing countries. This includes i) cross-border flows to developing countries and ii) resources to support development enablers and/or address global challenges at regional or global levels”.

desenvolvimento sustentável se está articulada diretamente com pelo menos uma meta das 169 dos ODS (Organization [...], 2020). De acordo com a Agenda de Ação de Adis Abeba (United Nations, 2015b), o termo “recursos” na definição do TOSSD abrange tanto recursos financeiros como técnicos. Os dados são coletados anualmente e a moeda de referência é o dólar dos Estados Unidos.

Contudo, não está claro porque o TOSSD deve ser uma opção viável para países do Sul, principalmente porque a CSS assenta sob objetivo político e autônomo de criar uma coalizão para a ação coletiva que mude as regras do financiamento do desenvolvimento. Ele é apresentado como um modelo a ser seguido, mas não há uma justificativa para que países do Sul o adotem, e silencia o fato que a cooperação internacional é atravessada por questões de ordem geopolítica e tensões Norte-Sul mais amplas.

Para estabelecer o TOSSD como um padrão estatístico internacional viável, alguns países têm realizado estudos-piloto aplicando o modelo em suas experiências, como Filipinas e Senegal em 2018, Costa Rica e Nigéria em 2019, Burkina Faso e Indonésia em 2020 e Chile em 2022, e se realizaram estudos temáticos em paz e segurança em 2019 e saúde global em 2021 (Organization [...], 2019; 2021). A OCDE atua como Secretariado Técnico do Grupo de Trabalho (Task Force) do TOSSD, que tem como objetivo institucionalizá-lo. Espera-se que a partir de 2024, o TOSSD se desvincule da OCDE, mas esta organização tem sido chave na promoção de debates sobre o modelo.

O Brasil é países do Sul Global que mensura cooperação internacional e adotou a metodologia do TOSSD (IPEA, 2020b). Cotejando as variáveis medidas pelo TOSSD e aquelas medidas pelos relatórios Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), publicados pelo governo brasileiro, uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), algumas das variáveis medidas pelo Brasil não são consideradas no TOSSD. Essas são a assistência humanitária, cooperação educacional e cooperação Sul-Norte, entendida como “as atividades de cooperação entre o Brasil e um país desenvolvido a favor deste último” (Ipea, 2022a, p. 13), ou seja, as parcerias existentes entre o Brasil e países desenvolvidos financiadas pelo Brasil, como

pesquisadores de países desenvolvidos atuando no país ou formação de brasileiros no exterior (Ipea, 2022b).

Nesse sentido, as modalidades de cooperação internacional do Brasil são mais amplas que aquelas registradas no TOSSD. Outro ponto de tensão do TOSSD e o COBRADI é que o primeiro considera, do ponto de vista das contribuições aos organismos internacionais, apenas àquelas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. No caso do Brasil, as contribuições a organismos internacionais de caráter mandatário são a maior parte dos recursos considerados como cooperação internacional, muitas vezes quase $\frac{3}{4}$ dos valores totais da cooperação brasileira, seguida de cooperação técnica (ciência e tecnologia, concessão de bolsas, agricultura, saúde, administração pública e outras) e humanitária (Ipea, 2010; 2013; 2016; 2018; 2020; 2022a). Em uma visão mais estrita, parte desses recursos não seriam considerados contribuições em favor dos ODS, colocando uma interrogação sobre a necessidade de adotar o TOSSD no país.

Ademais, falta no TOSSD uma interligação conceitual entre o campo ambiental, social e econômico e uma discussão mais profunda sobre sustentabilidade, sobretudo considerando a experiência dos países desenvolvidos.

3 O elemento crítico: dismantelar a possibilidade de um modelo universal

O Sul Global é o elemento crítico. Atualmente, é composto por 145 países, constituindo a vasta maioria da população mundial (Hyper-Imperialism [...], 2024). Entende-se o Sul Global como uma identidade política nas relações internacionais, um conceito metafórico, não geográfico, que expressa a posicionalidade de países nas hierarquias globais de poder. O Sul Global inclui aqueles países que antes eram chamados de mercados emergentes, como China, Brasil e Índia e contrasta com o Norte desenvolvido, composto predominantemente por Estados membros da OCDE.

A ideologia do Sul Global é parte essencial da institucionalização da CSS, que diz respeito ao

conjunto de visões de mundo, teorias, ideologias e princípios que passam a justificar, diante da opinião pública de diferentes países, os fundos direcionados à cooperação

para o desenvolvimento, mas também influenciar as pautas de uma agenda cada mais vez conflitante (Milani, 2018, p. 43).

Para Amin (2017), dentre os objetivos políticos do Sul Global, está a tentativa de mudar o equilíbrio internacional de forças em favor dos interesses dos países em desenvolvimento e independentes, desde meados do século XX. Grande parte do Sul Global persegue a soberania, paz e desenvolvimento, mas estes países raramente alcançam um consenso global sobre qualquer questão. De acordo o Global South Insights:

O Sul Global carece de coesão, de uma identidade coletiva acordada e de organização e ação unificadas. Ao contrário do bloco integrado do Norte Global, o Sul Global não é um grupo ou bloco unificado. Cada um destes 145 países tem ideologias e agendas políticas distintas, com diferenças de proximidade e orientação entre si e com os países do Norte Global⁷ (Hyper-Imperialism [...], 2024, p. 186, tradução nossa)

A presunção política de haver uma base universal para mensurar cooperação internacional, encontrada em um modelo supostamente capaz de incluir a diversidade das experiências do Sul Global assenta em um entendimento hegemônico da cooperação. Isto é, a adoção acrítica do TOSSD não tem a ver apenas com uma opção metodológica que os governos podem fazer para quantificar CSS, mas com o poder de atores do Norte determinarem as agendas políticas do Sul.

Há, no século XXI, uma disputa global em torno de metodologias de mensuração. A articulação em torno do TOSSD tem como pano de fundo renovar a governança da arquitetura financeira global enfatizando a métrica dos gastos e valores (AOD) em detrimento do intercâmbio de conhecimentos e experiências (CSS). Os países do Sul desafiam as operações de quantificação do TOSSD porque há uma dissonância entre o valor gasto (pouco) e o intercâmbio de conhecimentos entre países em desenvolvimento (contribuição efetiva). A quantificação proposta no TOSSD não considera as trocas e intercâmbios de conhecimento, recursos humanos e técnicos, políticas públicas, consagrados pela CSS como instrumentos de desenvolvimento e de benefícios mútuos. Aliás, não há menção aos benefícios mútuos no âmbito do TOSSD.

⁷ Tradução livre de: *The Global South lacks cohesion, an agreed on collective identity, and unified organisation and action. Unlike the integrated Global North bloc, the Global South is not a unified group or bloc. These 145 countries each have distinct ideologies and political agendas, with differences in proximity and orientation towards each other and Global North countries.*

Isso significa que o que os países do Sul produzem valem menos? A mera quantificação de gastos não evidencia a troca de conhecimentos. E, na perspectiva do Sul, o verdadeiro valor da cooperação é a troca e o intercâmbio entre os países, e não apenas os gastos materiais com cooperação. Em outras palavras: os valores gastos com CSS não representam a verdadeira contribuição da cooperação Sul-Sul. Com não poderia deixar de ser, em se tratando de países em desenvolvimento, devem-se considerar os interesses estrangeiros nas agendas domésticas. Nesse sentido, a CSS é permeada de dinâmicas peculiares que não correspondem ao modelo de cooperação da OCDE.

Há uma divisão global do trabalho que reproduz lógicas coloniais, neoliberais e geopolíticas, nas quais o Norte global está autorizado a criar teorias/modelos com alcance universal e a exportá-las ao resto do mundo, estimulando um processo complexo de dependência. Considerando que quase todos os recursos para a investigação sobre questões de desenvolvimento proveniente das economias avançadas e das instituições financeiras globais que elas influenciam fortemente (Bradley, 2008). Não é de surpreender que a investigação sobre o desenvolvimento é dominada por instituições e acadêmicos do Norte Global.

À medida que o mundo se aproxima da Cúpula do Futuro de 2024 e da Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2025, a OCDE e o CAD estão preparados para impulsionar uma agenda de reformas. Pretendem assegurar as suas posições como ator-chave na arquitetura financeira global, participando ativamente em discussões sobre reformas em vários fóruns – Nações Unidas, G7, G20, Conferência das Partes (COP) e reuniões Anuais do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

É forçoso ainda observar o silêncio do TOSSD em relação ao diálogo Norte-Sul. O documento silencia sobre as divergências históricas entre o Norte e o Sul nos debates sobre os recursos necessários para processos de desenvolvimento. A industrialização, por exemplo, tem sido distorcida a favor das economias avançadas desde o início da década de 1960, e a maioria dos países que foram colônias não conseguiu aderir às diferentes fases da industrialização e, portanto, permaneceram nas partes subdesenvolvidas e em desenvolvimento do mundo (Arrighi; Silver; Brewer, 2003). Por isso, a vulnerabilidade das economias nacionais é mais evidente em países do Sul. Ademais, a forma como a pandemia afetou o Norte e o Sul também

pode ser testemunhada na forma como as divisões existentes se agravaram ainda mais. Não só os países enfrentaram diferentes desafios ao lidar com as fases iniciais da pandemia, mas as implicações sociais e econômicas foram mais severas para o Sul.

Outra questão chave é que o financiamento da Agenda 2030 é um grande desafio para todos os países, mas são as economias em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, os países de renda baixa, e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, os que mais sofrem com o subdesenvolvimento. De acordo com estimativas OCDE (2023), o déficit para financiar os ODS saltou de US\$ 2,5 trilhões em 2020 para US\$ 4,2 trilhões em 2023. Retomar o diálogo Norte-Sul implica, por um lado, eliminar o déficit de desenvolvimento e defender responsabilidades diferenciadas no financiamento. Por outro, trabalhar para uma parceria global para o desenvolvimento equitativa.

Assim, a divisão Norte-Sul não está diminuindo, mas aumentando, de modo que continua a ser uma dimensão fundamental da dinâmica global contemporânea. Por exemplo, desde a adoção da Agenda 2030, embora o financiamento do desenvolvimento relacionado com o clima pelos membros do CAD/OCDE tenha aumentado quase 65% , uma quantia menor tem sido atribuída aos que mais precisam dele – os países ambientalmente vulneráveis. Conforme relatado pelo Centro para o Desenvolvimento Global (Lee; Landers; Matthews, 2023), dos US\$ 50 bilhões que doadores reuniram como parte dos vários fundos climáticos, como o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo para o Ambiente Global (GEF) e os Fundos de Investimento Climático (CIF) sob a bandeira do Banco Mundial, apenas 5,37% foi direcionado para as 10 economias mais vulneráveis ao clima.

Evidentemente, a comunidade internacional procura urgentemente uma cooperação para o desenvolvimento eficaz e eficiente, mas o panorama do desenvolvimento internacional permanece fragmentado, frágil e fraturado. O fato é que se a CSS fornece uma fonte alternativa de financiamento para vários países em desenvolvimento, ela também desafia o domínio ocidental na cena do desenvolvimento internacional. Por isso o TOSSD deve ser compreendido como dispositivo que desativa a CSS em relação ao seu elemento crítico, um dispositivo que propõe a medição de cooperação Norte-Sul e Sul-Sul em único modelo, mas produz e reproduz silêncios sobre as tensões que fundam o diálogo Norte-Sul.

A CSS é instrumento de busca por autonomia e soberania, desenvolvimento e benefícios mútuos em um mundo marcado por relações de poder hegemônicas. A cooperação do Sul Global assenta-se em uma concepção crítica e alternativa da dependência que caracteriza as relações Norte-Sul. Está fundada no imperativo de que os países do Sul devem decidir suas próprias agendas de desenvolvimento e na ideia básica de colaboração entre países. Portanto, se opõem ao sistema dominante da OCDE e sua visão assistencialista e liberal da cooperação.

Para além de fornecer um quadro dos valores gastos em favor da Agenda 2030 e seus ODS, um modelo de mensuração de cooperação internacional deve refletir não apenas valores, mas as experiências, práticas e contribuições dos países do Sul à cooperação. O TOSSD não reflete as tensões Norte-Sul porque não interessa desvincular a formulação desse modelo da OCDE. Países do Sul Global que mensuram cooperação internacional, como o Brasil, têm o dever de desmontar a possibilidade de enunciar um modelo universal de cooperação para o desenvolvimento porque vai contra o DNA histórico da cooperação do Sul.

Vale, em conclusão, registrar que os membros do Sul Global possuem perspectivas independentes e podem formular as suas próprias métricas e sistemas de CSS. Estes vão defender as questões que lhes interessam e seus interesses legítimos, que podem não estar alinhados com os interesses promovidos pela OCDE/CAD ou pelos países desenvolvidos. A agenda do TOSSD difere significativamente dos desafios e oportunidades enfrentados pelos países em desenvolvimento. O TOSSD separa os países em provedores e receptores, dá prioridade a valores gastos e não considera a cooperação como uma relação (ou rede) de trocas e benefícios mútuos. Em suma, os países se beneficiam de cooperação na medida em que garantem que esta apoie a agenda de desenvolvimento do próprio país – só assim a cooperação para o desenvolvimento pode ser uma abordagem integrada para a implementação dos ODS.

Observações Finais

O artigo apresentou a relevância da mensuração da cooperação para o desenvolvimento, da centralidade da OCDE nesse âmbito e as particularidades históricas da cooperação Sul-Sul. Em primeiro lugar, situou a CSS em sua natureza crítica e alternativa ao projeto hegemônico da OCDE. Identificou a CSS como um tipo de cooperação mais ampla que a cooperação Norte-

Sul, caracterizada pela multiplicidade de experiências, modalidades, instrumentos e abordagens. Ademais, colocou o crescimento da CSS no século XXI como expressão da emergência de países em desenvolvimento nas relações internacionais.

Na sequência, o artigo ofereceu uma contextualização da trajetória da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento. Nesse panorama, verificou-se que o ímpeto inicial a medição de cooperação surgiu como uma política da OCDE/CAD e do uso da cooperação internacional como ferramenta de política exterior. Além disso, assinalou que o TOSSD foi uma resposta da OCDE a três pactos globais de 2015, a Agenda de Ação de Adis Abeba, a Agenda 2030 e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Problematizou a formulação do TOSSD como modelo universal e criticou, sobretudo, a quantificação da dissonância entre valores gastos e a contribuição efetiva dos países do Sul.

O trabalho também buscou problematizar o TOSSD a partir do déficit de financiamento aos ODS no plano global e do silêncio que este modelo produz em relação ao histórico diálogo Norte-Sul. Em suma, é importante repensar os métodos, metodologias, conceitos, atores e narrativas usadas para dar sentido às políticas de cooperação internacional e estabelecer um modelo de mensuração que assente no diálogo Norte-Sul e em uma concepção de cooperação vantajosa para todas as partes.

Referências

- ALDEN, C.; SOULE-KOHNDU, F. An Overview of International Development Cooperation and the Innovation of South-South Development Cooperation towards 2030. *In: SOUTH-SOUTH COOPERATION REPORT. Changing Roles of South-South Cooperation in Global Development System: Towards 2030*. Hong Kong: Finance Center for South-South Cooperation, 2017, p. 3-34. Disponível em: https://cooperaciontriangular.org/wp-content/uploads/2021/07/15_UNOSSC_Changing-Roles-of-SSC-in-the-Global-Development-System-Towards-2030_2017.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.
- AMIN, S. De Bandung (1955) a 2015: velhos e novos desafios para os Estados, as nações e os povos da Ásia, África e América Latina. *Intervenções*, v. 19, n. 5, 2017, p. 609 -619. DOI:10.1080/1369801X.2017.1336460. Acesso em: 12 nov. 2024.

- ARRIGHI, G., SILVER, B.J.; BREWER, B.D. Industrial convergence, globalization, and the persistence of the North-South divide. **Studies in Comparative International Development**, v. 38, n. 1, p. 3–31, 2003. <https://doi.org/10.1007/BF02686319>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BADIE, B. **O Diplomata e o Intruso: A Entrada das Sociedades na Arena Internacional**. EDUFBA: Salvador. 2010.
- BESHARATI, N. A.; MACFEELY, S. Defining and quantifying South-South Cooperation. United Nations Conference on Trade and Development. **Research Paper**, n. 30, 2019. Disponível em: <https://unctad.org/publication/defining-and-quantifying-south-south-cooperation>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- BRADLEY, M. On the Agenda: North-South Research Partnerships and Agenda-Setting Processes. **Development in Practice**, v.18, n.6, p. 673-685, 2008. DOI:[10.1080/09614520802386314](https://doi.org/10.1080/09614520802386314). Acesso em: 12 nov. 2024.
- CALLEJA, R. *et al.* A Global Development Paradigm for a World in Crisis. Center for Global Development. **Policy Paper 275**. 2022. Disponível em: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/global-development-paradigm-world-crisis.pdf>. Acesso em 24 de março de 2024.
- CHATUVERDI, S.; SIDIRIPOULOS, E. **Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Patterns**. London: Zed Books, 2012.
- DÍAZ, J. A. S. B. “Models of Measuring Cooperation: Brazil and Mexico”. **Contexto Internacional**, v. 45, n. 2, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Ckw7vJJHPFcht4Kg9pxNjH/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- FONSECA Jr., G. **A Legitimidade e outras Questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FÜHRER, H. **The story of official development assistance: a history of the Development Assistance Committee and the Development Co-operation Directorate in dates, names and figures**. Paris: OECD, 1996.
- HUNTINGTON, S. P. The Change to Change: Modernization, Development, and Politics. **Comparative Politics**, vol. 3, n. 3, p. 283–322, 1971. DOI: <https://doi.org/10.2307/421470>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- HYPHER-IMPERIALISM: A Dangerous Decadent New Stage”. **Tricontinental**. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/studies-on-contemporary-dilemmas-4-hyper-imperialism/>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- INTERNATIONAL CONFERENCE ON FINANCING FOR DEVELOPMENT. Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development. Monterey, Mexico: United Nations. 2002. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.198_11.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

- IPEA. **Cobradi 2022: Guia de Orientações para o Preenchimento da Planilha de Dados**”. Brasília Ipea, 2022a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/pages/cobradi/assets/documentos/metodologia/Guia_de_Instrucoes_2022.pdf. Acesso em 24 mar. 2024.
- IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea; ABC, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1233/1/Livro_Cooperacao_brasileira_para_o_desenvolvimento_internacional_2005-2009.pdf. Acesso em 24 de março de 2024.
- IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Brasília: Ipea; ABC, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2527/1/Livro_Cooperacao_brasileira_para_o_desenvolvimento_internacional-2010.pdf. Acesso em 24 mar. 2024.
- IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011-2013**. Brasília: IPEA. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7110>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016**. Brasília: IPEA; ABC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/COBRADI_20142016.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.
- IPEA. **Cooperação internacional em tempos de pandemia: relatório Cobradi 2019 – 2020**. Brasília: IPEA, 2022b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/cobradi/relatorios/220726_216837_lv_cooperacao_internacional_web.pdf. Acesso em 24 mar. 2024.
- IPEA. **Dimensionamento de gastos das instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2017-2018**. Brasília: IPEA. 2020a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/cobradi/publicacoes>. Acesso em 24 de março de 2024.
- IPEA. **TOSSD from a Brazilian Perspective**. Brasília: Ipea. 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10271/1/TOSSD.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- LANCASTER, C. **Foreign Aid: Diplomacy, Development and Domestic Politics**. Chicago and London: The University of Chicago Press. 2007.
- LEE, N.; LANDERS, C.; MATTHEWS, S. Concessional Climate Finance: Is the MDB Architecture Working? Center for Global Development. **Policy Paper 287**, 2023. Disponível em <https://www.cgdev.org/publication/concessional-climate-finance-mdb-architecture-working>. Acesso em 25 mar. 2024.
- LIMA, J. B. B.; PEREIRA JR., J. R. “Novos Rumos da Pesquisa Cobradi: Subsídio ao Dimensionamento de Gasto”. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI**, n. 26, p. 17-24, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9818/1/BEPI_n26_Novos.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

MARTÍN, R. D. La Constelación del Sur: la Cooperación Sur-Sur en el cuarenta aniversario del Plan de Acción de Buenos Aires. *In*: MARTÍN, R.D.; LO BRUTTO; G.; SURASKY, J. (orgs.). **La Constelación del Sur**: lecturas histórico-críticas de la cooperación Sur-Sur, Espanha: Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, Editorial de la Universidad de Cantabria. 2019, p. 3-134

MAWDSLEY, E. **From Recipients to Donors**: Emerging Powers and the Changing Development Landscape. London: Zed Books. 2012.

MILANI, C. R. S. **Solidariedade e Interesse**: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

MILANI, C. S. Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul. *In*: SOUZA, A. de M. e (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014, p. 33-56.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Tracking peace and security expenditures in support of the SDGs. **Development Cooperation Working Papers**. 2019. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/tracking-peace-and-security-expenditures-in-support-of-the-sdgs_02e67566-en;jsessionid=VOS4zZrrnuOt8apdxq9Bt34J.ip-10-240-5-176. Acesso em: 24 mar. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Lessons learnt from the 2019 Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD) data survey. **Development Cooperation Working Papers**, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/development/lessons-learnt-from-the-2019-total-official-support-for-sustainable-development-tossd-data-survey-0cd3da6b-en.htm>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Tracking global health expenditure in support of the SDGs. **Development Cooperation Working Papers**, 2021. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/tossd-tracking-global-health-expenditure-in-support-of-the-sdgs_cb8be42b-en. Acesso em: 24 mar. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Private finance mobilised by official development finance interventions. **OECD Development Perspectives**, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/private-finance-mobilised-by-official-development-finance-interventions_c5fb4a6c-en.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **DAC Glossary of Key Terms and Concepts**. [2024]. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm>. Acesso em 24 mar. 2024.

PUIG, J. C. **Doctrinas internacionales y Autonomía Latinoamericana**. Instituto de Altos Estudios de América Latina: Caracas, Universidad Simón Bolívar, 1980.

RENZIO, P.; SEIFERT, J. South-South Cooperation and the future of development assistance: mapping actors and opinions. **Third World Quarterly**, v.35, n.10, p. 1860-1875. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24523176>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RIST, G. **The History of Development**. From Western Origins to Global Faith London & New York: Zed Books. 2008.

ROTHERMUND, D. **The Routledge Companion to Decolonization**. London and New York: Routledge. 2006.

TOTAL OFFICIAL SUPPORT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (TOSSD). **TOSSD Reporting Instructions**. 2023. Disponível em: <https://www.tossd.org/docs/reporting-instructions.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS Conference on Trade and Development. “**Outcome Document of the Sub-group on South-South Cooperation**”. UNCTAD. 2022. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/files/meetings/working-group-on-measurement-of-development-support/WGMDS-14-1-Note-on-the-outcome-of-the-subgroup-on-SSC-final-after-WG.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Adis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development. Adis Ababa: United Nations. 2015b. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA_Outcome.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York. 2015a. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Digital Library. **Buenos Aires Outcome Document of the Second High Level United Nations Conference on South-South Cooperation**. Buenos Aires: United Nations, 2019. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/3799433?v=pdf>. Acesso em 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Digital Library. **Report of the United Nations Conference on Technical Co-operation among Developing Countries**. Buenos Aires. 1978. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/56998>. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Office for South-South Cooperation. **About South-South and Triangular Cooperation**. UNOSSC, 2024. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 12 nov. 2024.